ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 40 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I40.17874

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 40 (2023) | e-issn: 1679-768x

"MUDA O MUNDO, MUDAM AS GEOGRAFIAS"

ENTREVISTADA

MARIA LAURA SILVEIRA

Universidade de São Paulo (USP)

ENTREVISTADORES

CEZAR FREITAS BARROS

Universidade de São Paulo (USP)

MARINA REGITZ MONTENEGRO

Universidade de São Paulo (USP

Maria Laura Silveira é um dos grandes nomes da geografia argentina, brasileira e latino-americana. Viveu quase vinte anos no Brasil, período no qual desenvolveu seu doutorado sob a orientação do Professor Milton Santos e tornou-se professora da Universidade de São Paulo. Tendo retornado ao seu país natal há mais de dez anos para ser investigadora principal do Conicet, conhece como poucos a geografia dos dois países.

Na primeira parte desta entrevista, Maria Laura fala sobre sua trajetória acadêmica, as diferenças entre os dois países no que diz respeito às discussões e formas de se fazer ciência na geografia, bem como sua agenda e temas pesquisados atualmente. Além disso, apresenta sua interpretação dos conceitos de espaço, território e território usado, como discutidos por Milton Santos, contextualizando o processo de elaboração dos conceitos e posicionando-se de forma objetiva e didática nessa discussão conceitual.

Na segunda parte, direcionada à leitura do mundo contemporâneo pela geografia, Maria Laura aborda de forma assertiva e corajosa a geopolítica mundial, a guerra entre Rússia e Ucrânia e a cooperação entre países do Sul global. Partindo para suas pesquisas, debate a centralidade da técnica e da informação no período contemporâneo da globalização, bem como a necessidade de a geografia se colocar no debate público e se adaptar às novas tecnologias de comunicação.

Discute ainda os conceitos de técnica, sistemas técnicos e fenômeno técnico, suas manifestações concretas e as especificidades do período, com ênfase na emergência da inteligência artificial. Pensando os circuitos da economia urbana, um de seus principais objetos de pesquisa, a entrevistada reflete se os circuitos de menor capitalização estariam perdendo participação no processo de produção propriamente dito. Por fim, discute o conceito de “mercado socialmente necessário”, de Ana Clara Torres Ribeiro, como possibilidade de práxis para o futuro.

Cezar Barros: Primeiramente, eu gostaria de agradecer novamente à professora Maria Laura Silveira pela aceitação do convite e pela disposição de dialogar conosco. É uma honra muito grande estar aqui com você.

Marina Montenegro: Cezar, eu compartilho das suas palavras. Também queria agradecer à professora Maria Laura e agradecer o seu convite para integrar essa entrevista e participar dessa atividade. É um prazer.

Maria Laura Silveira: Para mim é uma grande honra, é muito bom dialogar com jovens pesquisadores... Marina, minha ex-aluna e minha amiga e você, Cezar, que imagino que, trabalhando com a Professora Mónica Arroyo, deve desenvolver um trabalho muito bonito.

Cezar: Como ponto de partida para nossa conversa, gostaríamos que falasse um pouco sobre a sua trajetória, começando pelo seu interesse na disciplina. Se pesquisei corretamente, você chega ao Brasil em 1991, após ter cursado a graduação em geografia na Argentina, e retorna ao seu país natal em 2010, já como uma professora doutora reconhecida no Brasil. Que diferenças e semelhanças você vê na geografia dos dois países nestes momentos?

Maria Laura: No início da década de 1990, a diferença no desenvolvimento da disciplina entre o Brasil e a Argentina era significativa. Nesse momento o Brasil já tinha programas de pós-graduação muito consolidados, como o da USP e de outras grandes universidades. E na Argentina a pós-graduação em geografia era ainda incipiente. Tínhamos um programa de doutorado na Universidad Nacional de Cuyo (Mendoza), outro na Universidad de Buenos Aires, mas que ainda não tinham muita oferta em disciplinas e linhas de pesquisa. Ainda na graduação, eu tinha certa vocação para continuar meus estudos fora do país e a perspectiva era a Europa. Mas depois comecei a conhecer a geografia brasileira, e não tive dúvidas de que era para aí que eu queria ir. A minha professora de geografia urbana, Ana Maria Goicoechea, participou de alguns EGAL, e assim nos fez conhecer uma bibliografia muito interessante. A geografia brasileira foi uma descoberta para nós nesse momento, no qual quase tudo vinha da Europa ou dos Estados Unidos. Depois, conheci o professor Milton Santos em Montevidéu e decidi ir para São Paulo para fazer pós-graduação com ele. Nesses anos também conheci as professoras Amália Inês Geraiges de Lemos e Arlete Moyses Rodrigues, com as quais tive oportunidade de conversar bastante, e me orientaram sobre o que eu poderia fazer.

Também aqui em Buenos Aires houve um encontro, reunindo vários professores da USP e da UBA. Lembro que vieram, além do Milton, os professores Armando Corrêa da Silva, Odete Seabra, Antônio Carlos Robert Moraes (Tonico), Wanderley Messias da Costa, dentre outros.

Creio que, com exceção do Brasil, o desenvolvimento da pós-graduação nesse período se deu, sobretudo, nas ciências sociais e na interdisciplina dentro delas. E o papel da FLACSO tem sido bastante significativo. Foram implantados vários programas de mestrado e doutorado em ciências sociais e a vocação pela discussão teórica foi encarnada nesses foros, liderados pela sociologia, pela economia, pela antropologia. Foi ali que não poucos geógrafos cursaram seus estudos de pós-graduação.

A geografia continuava crescendo, mas, por vezes, com uma perspectiva muito empiricista. Me parece que essa foi a grande diferença com o Brasil, onde naturalmente também existem programas de pós-graduação interdisciplinares, mas a geografia conheceu um desenvolvimento próprio, com um debate robusto sobre epistemologia interna, com a produção de dissertações e teses de geografia.

Poderíamos dizer que o grau de desenvolvimento da geografia no Brasil, pelos programas de pós-graduação e pelo volume dos trabalhos, era incomparável a qualquer um dos nossos países latino-americanos. E continua sendo. Só que eu acho que nesses anos todos, que foram bastantes, vimos como a geografia também foi crescendo nos outros países. Quando retornei para a Argentina, a geografia já tinha outra densidade. Foram criados vários programas de pós-graduação e o intercâmbio de professores e estudantes era mais frequente. Um dos mais importantes foi o da Universidad Nacional del Sur, na cidade de Bahia Blanca, graças ao trabalho do professor Roberto Bustos Cara; o programa da UBA estava mais consolidado; também os programas de doutorado da Universidad Nacional de Tucumán, Universidad Nacional de La Plata, Universidad Nacional del Nordeste. Penso que a existência de programas de pós-graduação cria um

debate de outra natureza nas universidades. Mas devo dizer que, nesses anos, a geografia ganhou corpo no México, Uruguai, Colômbia, Chile, mas também na Costa Rica, Peru, Bolívia. Na Venezuela já era consolidada desde antes. Esses últimos vinte anos foram interessantes para os nossos países.

No entanto, hoje, creio que todos estamos passando por um processo complexo. De um lado, temos uma vocação teórica e uma consciência da necessidade de discutir nossas categorias e conceitos perante um mundo novo e, de outro, temos um sistema institucional que vai nos empurrando para certa empiricidade, por vezes menos crítica, porque temos que produzir resultados publicáveis em periódicos indexados e tantas outras coisas. É uma pressão que, amiúde, leva a subordinar o debate teórico às premências do momento, dificultando seu avanço. Essa situação traz para nossa disciplina uma encruzilhada e novos desafios, inclusive porque, além disso, nesse tempo ficaram na moda categorias e conceitos que são basilares na geografia. Nós mesmos por vezes deixamos de lado esses conceitos, os quais ganharam atualidade e prestígio na antropologia, sociologia, economia, ciências políticas e, assim, acabamos redescobrindo nossos conceitos clássicos nas vozes dos outros cientistas sociais. Acho que o conceito de território é um exemplo bem significativo do que estou tentando explicar. Por um lado, sentimos que precisamos voltar às categorias e, por outro, nos encantamos com algumas formas metafóricas em que tais categorias são utilizadas em outras disciplinas e acabamos incorporando essas noções de um modo acrítico nos nossos campos de estudos e pesquisas.

Cezar: Mas, assim, pensando nessa fala, você entende que haveria todos esses percalços, essa pressão por produção, ainda assim há uma geografia crítica nos outros países da América do Sul?

Maria Laura: Creio que sim. O maior conhecimento das pesquisas, a frequência e densidade das trocas e a circulação de pesquisadores levaram, entre outros fatores, a uma maior divulgação da geografia crítica brasileira, nascida nos anos 1970 e 1980, que se tornou uma fonte de inspiração para muitos geógrafos da América do Sul. A gente olha para essas décadas passadas e vê claramente o que era a geografia crítica. Hoje, é um pouco mais difícil definir a geografia crítica, inclusive é difícil arrogar-se a si esse nome, não é?

Mas creio que, de um modo ou de outro, as perspectivas mais preocupadas com as diferenças socioespaciais, com a justiça socioespacial foram crescendo em todos os países da América do Sul. E acho que não foi apenas pela influência do próprio pensamento geográfico, mas sobretudo pela brutal realidade que fomos enfrentando em todos os países, de crises recorrentes e aumento das desigualdades e injustiças. Me parece que qualquer pesquisador mais ou menos preocupado em compreender a realidade e em ir além das aparências precisa encontrar um arcabouço crítico para enfrentá-la.

Cezar: Bom, após a vinda ao Brasil e a realização do seu doutorado, você se torna professora da Universidade de São Paulo vinculada ao Laboratório de Geografia Política

e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan), trabalhando ao lado de outros professores e pesquisadores no aprofundamento e operacionalização dos conceitos discutidos por Milton Santos. Hoje, enquanto Pesquisadora Principal do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet) e Professora no Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires, quais temas e conceitos mais interessam a você e ao seu grupo de pesquisa? E aí eu gostaria que você falasse um pouco sobre esse cargo, o que é ser uma pesquisadora principal no Conicet, por favor.

Maria Laura: O Conicet é uma agência de pesquisa mais ou menos equivalente ao CNPQ, embora tenha uma estrutura um pouco diferente porque inclui o cargo de pesquisador em vários níveis (assistente, adjunto, independente, principal e superior), com um sistema de concursos. É o que se denomina carreira do pesquisador. A partir dessas diferentes posições, você pode orientar bolsistas de doutorado, formar equipes com outros pesquisadores e com bolsistas, obter auxílios financeiros para projetos e participar de comissões avaliadoras. Foi criado em 1958, bastante inspirado no CNRS[1] da França. Você pode ser simplesmente pesquisador ou também pode ser professor de uma universidade, prestando um outro concurso. É uma forma interessante de organização da pesquisa e de divisão do trabalho no mundo acadêmico.

Na USP, mesmo antes de finalizar meu doutorado, comecei a trabalhar nos projetos de pesquisa do professor Milton no Laboplan. Tínhamos uma equipe grande, que eu ajudava a coordenar, e foi nesses anos que elaboramos o livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* e outras publicações. Tanto meu doutorado, como os anos que passei trabalhando em pesquisa com o professor e, a partir de 2001, quando me tornei professora do Departamento de Geografia, constituíram um período extraordinário da minha carreira.

Creio que a vida e o desenvolvimento da técnica me deram uma possibilidade formidável que é um diálogo permanente, uma espécie de *continuum*. Saí da USP, mas continuo vinculada com os colegas daí e de tantos outros lugares do Brasil, mantendo amizades, nascidas na época da minha vida em São Paulo, e fazendo trabalhos conjuntos. Esse não era o mundo quando saí da Argentina para morar no Brasil porque não tínhamos as mesmas possibilidades de comunicação que temos hoje. A técnica atual permite continuar compartilhando a vida na distância numa espécie de novo cotidiano, mas creio que isso só se dá quando existe a emoção dos anos vividos no lugar.

Diria que duas grandes preocupações, que também são vocações, me acompanham há muitos anos. Por um lado, a teoria do espaço geográfico, que supõe a discussão de uma epistemologia interna da disciplina, de um *corpus* próprio herdado e atualizado, do diálogo com os demais saberes. Por outro lado, os estudos sobre o período da globalização e o espaço geográfico ou território usado e a urbanização, onde os circuitos da economia urbana têm um papel central.

1 CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, maior instituição de pesquisa científica da França, fundado em 1939.

Aqui na Argentina conseguimos conformar uma equipe, com pesquisadores e bolsistas de diferentes universidades, para trabalhar sobre a substituição de divisões territoriais do trabalho nos processos de modernização seletiva do território, a difusão do meio técnico científico-informacional, a transformação das redes urbanas e as novas formas de organização da vida urbana que deram como resultado a formação de uma área concentrada. Por isso, estudamos os processos de modernização agrícola, as novas formas de produção industrial e os novos terciários, incluída sobretudo a finança, os consumos, o novo fenômeno técnico que muda as feições dos circuitos da economia urbana. Estamos interessados em compreender as dinâmicas das grandes empresas, mas também as mais recentes porções marginais do circuito superior que nascem das novas formas técnicas e, evidentemente, o circuito inferior que alcança dimensões antes nunca imaginadas, diante do brutal agravamento da pobreza, sem esquecer, evidentemente, o papel do Estado.

E creio que ainda tem muito trabalho pela frente, por exemplo, na compreensão do circuito inferior e suas diferenças com a ideia de informalidade. Mais do que a tributação ou a pobreza *per se* como critérios para definir o que é entendido como setor informal e o que é entendido como circuito inferior, as chaves de interpretação seriam sobretudo o fenômeno técnico e o território. A teoria dos circuitos não é um modelo. A teoria dos circuitos é uma interpretação universal que, como toda teoria, aumenta seu poder explicativo quando pensada num lugar específico. Talvez ela não admita um grau de generalização e de abstração como o setor informal. Felizmente. Porque isso nos remete, a cada momento, à contradição e à oposição dialética, para mostrar as diferenças entre os circuitos, as diferenças entre os lugares, mas também a unidade do fenômeno urbano e o necessário contexto explicativo, que é o território.

Cezar: Nós temos um grupo de estudos sobre o professor Milton Santos na USP, e essa é uma das questões que surgiram deste grupo. Partindo para a discussão de conceitos específicos, o professor Milton Santos teve uma carreira extremamente prolífica e volumosa, com mais de 50 livros, 200 artigos e inúmeras outras produções. Entre 1978, com *Por uma geografia nova*, até *Natureza do espaço*, em 1996, ele dedica boa parte de sua escrita ao estudo do espaço geográfico enquanto objeto da geografia, chegando à clássica definição de "conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações" (Santos, 1996, p. 63). Apesar de ocupar terreno importante, a categoria território possui menor centralidade na sua construção teórica, sendo definido em *Técnica, espaço, tempo* como "uma sobreposição de sistemas de engenharia diferentemente datados, e usados, hoje, segundo tempos diversos" (Santos, 1994a, p. 45). No mesmo ano, em *O retorno do território*, ele propõe o conceito de território usado: "O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado" (Santos, 1994b, p. 16). Em 2001, no livro que escreveram juntos, os três conceitos aparecem:

> "Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país. [...] O que interessa discutir e, então, o território usado,

> sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território (Santos e Silveira, 2001, p. 19-20).

Além dos trechos destacados, poderíamos citar muitas outras passagens e obras que tratam dos termos. Considerando a sua interpretação do autor, bem como sua própria produção, como você diferencia os conceitos de espaço, território e território usado? Como lidar, do ponto de vista teórico-metodológico, com as diferentes conceituações que o Professor Milton Santos (assim como outros autores de grande densidade) desenvolve em momentos distintos de sua carreira?

Maria Laura: Eu poderia dizer que quando muda o mundo, mudam as geografias. De algum modo, os grandes pensadores têm sempre uma evolução importante nas suas ideias porque, com tantos anos de trabalho, veem muitas mudanças no mundo, percebem antecipadamente certas transformações e têm a capacidade de incorporá-las nas suas teorizações para assim poder compreendê-las melhor. Acho que isso é o que faz de um pensador um grande pensador, o fato de não ficar repetindo a fórmula que foi explicativa – e, portanto, bem-sucedida – num momento. É aquele que se deixa surpreender pela realidade ou, como explicava Jaspers, que surpreende a totalidade num momento. Em outras palavras, aquele que tem a humildade e a coragem de deixar algumas coisas e incorporar outras. Penso que é muito interessante essa evolução que vocês fazem, porque o autor está conversando e debatendo com outros em cada momento da sua vida.

Qual era a disciplina que tinha mais prestígio social e acadêmico num dado momento? Poderíamos dizer que, até os anos 1980, na produção do Milton estava mais presente a noção de espaço geográfico, tal como vocês mencionaram. Era uma discussão que estava sendo feita, sobretudo, com a economia espacial, que estava no topo da hierarquia acadêmica. Mas também creio que havia uma vontade no Milton de se afastar um pouco dessa geografia mais clássica, talvez mais ligada à geografia política, onde o território era associado diretamente à soberania nacional, e ele estava mais preocupado em entender a dinâmica econômica da realidade, como vemos no livro *O espaço dividido* (Santos, 1978a), por exemplo, ou no livro Economia espacial: críticas e alternativas (Santos, 1978b). Penso que ali havia uma vontade de explicar que o espaço não é aquela coisa matemática homogênea, aquele elemento passivo de certos economistas e certos planejadores. O espaço é rugoso, heterogêneo, tem movimento, é desigual. É um modo de tornar concreto – aí sim empiricizar, aí sim tornar material – esse espaço que, para os outros, era objeto de modelos.

E também creio que buscava afastar-se um pouco da geografia regional francesa, colocando o espaço no centro do debate e subordinando o conceito de região nesse arcabouço conceitual. Já em 1993, na conferência inaugural do seminário "Território: Globalização e Fragmentação", organizado pela Anpur e pelo Departamento de Geografia (USP), o Milton propõe a noção de território usado. É importante lembrar que ele já estava percebendo que o acirramento da globalização e do neoliberalismo levaria boa parte da política e dos intelectuais a desprezar a ideia de território como espaço da nação. Diga-se de passagem que esses congressos, organizados pelo professor Milton Santos e pela professora Maria Adélia de Souza, com a colaboração de outros colegas e estudantes no

Departamento de Geografia da USP no início da década de 1990, estabeleceram precocemente no Brasil, na América Latina e no mundo um debate sobre a globalização, com a presença de pensadores e pesquisadores de numerosos países.

Com a categoria de território usado, o autor podia referir-se, concomitantemente, a um mundo que se globalizava e a um território que devia ser repensado, pois ganhava um significado maior do que antes. Não recusa a tradição da geografia política, própria de autores como Ratzel, Vallaux e Gottmann, mas retoma essa categoria basilar e a preenche de um novo conteúdo: se vemos o território a partir do uso que a sociedade faz dele, então pode ser considerado sinônimo do espaço geográfico. Creio que essa é uma outra grande contribuição do autor: ter a coragem de encontrar sinonímias.

O que interessa é a ontologia. Isso significa que, para nós, o espaço geográfico não é mera materialidade, não é o palco da vida; é também ação e norma. A ação presentifica, como diz Sartre, a materialidade e a forma normativa que vêm do passado. Essa é a preocupação ontológica, depois devo encontrar as melhores palavras para dar ênfase àquilo que eu quero dar ênfase. Escrevi alguma coisa sobre isso numa resenha de *A natureza do espaço*, publicada em 2022 no *Journal of Latin American Geography*. Por isso, penso que essa ideia de espaço geográfico estava presente havia muitos anos no autor. Só que todo pensador importante passa a vida apreendendo a ontologia e buscando a melhor formulação das ideias, o que evidentemente inclui o encontro das melhores palavras para isso. Ele próprio explica, no livro *A natureza do espaço*, que no início falava de fixos e fluxos, depois de configuração territorial e relações sociais, e que ali estava propondo sistemas de objetos e sistemas de ações, tal como escreve nesse trecho que vocês mencionam e que é para todos nós um norte na pesquisa. Esta última definição, apresentada numa conferência de 1991 e aprimorada nesse livro de 1996, já vinha sendo pensada e estava presente no momento em que ele propõe a ideia de território usado em 1993. Era concomitante a definição de espaço geográfico nos novos termos com a ideia de território usado. De algum modo, ele afirma que o espaço é tudo isso (sistemas de objetos, sistemas de ações), mas que isso se dá no território de uma nação. É uma porção do espaço geográfico que se define pela materialidade e pela ação indissoluvelmente constituídas, mas também se define como categoria política. Não é apenas uma categoria política, mas é também uma categoria política.

Me parece que ali ficou mais claro que a teoria do Milton tem essas duas perspectivas: a perspectiva constitucional, que vai mostrar que o espaço são objetos, ações, normas, numa relação intrínseca, que são sistemas indissociáveis em cooperação e conflito, portanto em movimento, e uma perspectiva relacional, que é ver o espaço geográfico, o território usado, nas suas manifestações: lugar/região, nação (aí entra a questão da formação socioespacial) e o mundo. São manifestações do espaço geográfico que tradicionalmente a geografia chamou de escalas. Não há problema nenhum em continuar falando de escalas, sempre que a gente considere que são escalas de tempo, escalas dos eventos, e não só escalas geométricas porque o espaço não é uma mera superfície.

Mencionei outro conceito forte que o Milton propôs em 1978: formação socioespacial. A formação socioespacial é outro sinônimo de território usado e espaço geográfico.

Em outras palavras, cada um desses conceitos é como uma clave musical, porque vai me dizer o nome das notas no pentagrama. O território usado indica que se trata de uma porção do espaço geográfico que sofre os embates da globalização, pondo em tensão as fronteiras, a soberania, as políticas de Estado e a relação com as demais escalas. O espaço geográfico reforça o entendimento de sua constituição, isto é, não é um palco, é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. E a formação socioespacial permite tocar a melodia da história paralela das coisas e das ações. O espaço não é só o presente, é sua transformação ao longo do tempo. Quando dizemos território usado estamos também nos referindo a um território sendo usado, porque o movimento não para, e aí nos aproximamos ainda mais da formação socioespacial. E, ainda, mais um sinônimo, o espaço banal, que nos sugere outros sons: o espaço de todos os atores, todo o espaço. Não é um espaço apenas de alguns grupos nem é o espaço de apenas algumas atividades ou aspectos.

É preciso que a gente se debruce e compreenda as sinonímias que um autor estabelece, mesmo sabendo que são imperfeitas, porque estamos nos referindo a uma mesma ontologia, mas na verdade estamos marcando nuanças. Se não quiséssemos mostrar essas peculiaridades, essas premissas que sublinham um aspecto ou outro, não teríamos quatro palavras, teríamos uma só.

Hoje, pesquisadores jovens como vocês, que se debruçam sobre uma teoria como esta, podem pensar: “Isto é interessante, vou estudar essa teoria e vou deixar que ela me inspire para fazer a minha tese”. E, portanto, têm uma preocupação legítima com a evolução do pensamento do autor, mas, na verdade, quando vocês olham essa teoria, no ano de 2023, a veem como uma totalidade. Podem, assim, observar esse conjunto de ideias como uma totalidade sincrônica e, à luz das preocupações de vocês, dos temas de pesquisa, dos objetos das teses, vocês vão escolher algumas categorias que acharem mais pertinentes, mais férteis para o que querem trabalhar. Para isso é necessário, de um lado, prestar atenção às coerências do autor, porque todo sistema de conceitos tem nexos que a gente não pode mutilar e, de outro, fazer dialogar essa teoria com outros autores para ir construindo as coerências de vocês.

Cezar: Obrigado, professora. Uma grande aula, na verdade. Indo então para uma segunda parte desta entrevista, gostaríamos de discutir um pouco o mundo contemporâneo a partir da geografia. No EGAL de 2021, que aconteceu na Argentina, na cidade de Córdoba, você concedeu uma entrevista à Professora Luciana Buffalo, tendo como tema principal os efeitos da pandemia de Covid-19 no período da globalização (Silveira e Buffalo, 2023), na qual levanta a questão sobre estarmos em uma nova ordem global, um novo período. Poucos meses depois, em fevereiro de 2022, acontece a invasão do território ucraniano pela Rússia, em meio à escalada de tensões entre os russos e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), ao mesmo tempo que os Estados Unidos e a China apoiam os diferentes lados de maneira indireta. Em um cenário internacional pós-pandêmico de grande instabilidade política envolvendo países como a Rússia e a China, como pensar as relações da América Latina em projetos da chamada “cooperação sul-sul”, exemplificada pelo Brics?

Maria Laura: É uma pergunta difícil essa, não? Como tudo que é a realidade da ordem política mundial. Mas eu diria que esses dois eventos mundiais, pandemia e guerra, nos mostram a aceleração contemporânea que parece desenhar uma nova ordem mundial, uma nova particularidade no tempo da globalização. A pandemia e as formas de lidar com ela – as quarentenas diferentes segundo os países – impuseram uma pausa na humanidade, enquanto alguns agentes com muito poder ganhavam uma aceleração nunca antes vista na produção de tecnologia e também de normas. E, nessa aceleração, parece que esse momento de tanta dor, morte, confusão, ignorância, negacionismo e autoritarismo foi há muito tempo. É o tropel dos eventos, característico do tempo presente. Começamos a sair desse pesadelo – com um novo nível de ciência e tecnologia – e nos defrontamos com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Os desatinos de Putin no esforço de reconstruir um império, os equívocos da Otan, os novos equilíbrios e desequilíbrios de poder, as alianças mais ou menos implícitas, as hegemonias da China e dos Estados Unidos, o desamparo de uma nação com uma porção do seu território sob o poder russo e uma população dizimada. Uma guerra no coração da Europa no século XXI ganha, sem dúvida, uma visibilidade maior do que outras guerras. Ataques e contra-ataques com inovações de última geração tecnológica e com a permanente ameaça da ação nuclear, mas também uma guerra de enfrentamento humano como no século XX, com cidades ucranianas destruídas, ataques à população civil e às crianças, além do fluxo de exilados. Há estimativas de que já são mais de quinhentos mil mortos, uma quantidade maior do que nas guerras de Vietnã e Afeganistão. E assusta um pouco o silêncio dos intelectuais, das universidades, é como se a invasão e a guerra tivessem se naturalizado.

Como geógrafos, não podemos ignorar a tensão provocada na atual divisão internacional do trabalho. As consequências da dependência energética europeia e dos países que importavam alimentos da Ucrânia, os impactos na própria economia ucraniana, os novos mercados da indústria bélica, os contornos da participação dos países produtores de alimentos no Sul na novíssima divisão internacional do trabalho. Como você disse, Cezar, é verdadeiramente um panorama de grande instabilidade e muita incerteza, no qual retorna, mais uma vez, aquele projeto da cooperação Sul-Sul, caro a boa parte da intelectualidade. Uma proposta interessante, mas que agora se mistura com muitos outros eventos, essa guerra, impressionantes crises financeiras, crises políticas, crises ambientais, aumento da pobreza e do endividamento, desemprego, o surgimento de direitas pouco ou nada democráticas, conservadoras no plano político e moral, neoliberais no plano econômico. Difícil ter antevisto uma tentativa de ruptura na ordem constitucional e republicana dos Estados Unidos. Um fenômeno igualmente grave no Brasil que, ainda que nos escandalize, infelizmente não era tão improvável. E, no mundo inteiro, eleições livres que mostram a chegada de forças políticas reacionárias.

São dias complicados para falar do Brics porque, quando esse movimento começou, nos pareceu interessante. Hoje me preocupa bastante essa situação. O importante é olhar para esse conjunto de países como um bloco de poder, com suas tensões e diferenças internas. É verdade que, por um lado, temos o comércio internacional, para o qual o Brics não é determinante, embora não possamos esquecer da constituição de um banco próprio. Mas, por outro lado, esse bloco implica consolidar laços políticos e

geopolíticos com autocracias. Não acho boa ideia ficar de mãos dadas com o Putin, me parece algo complicado e muito grave. Fortalecer alianças políticas com países que, a partir dos próprios aparatos estatais, violam sistematicamente os direitos humanos não é um projeto que me represente, francamente. Não ignoramos que existem violações dos direitos humanos em diversos países democráticos, mas sabemos que existem ferrenhos mecanismos para impedir ou punir esses fatos. O Brasil, a Argentina são sociedades que sofreram arbitrariedades e perdas irreparáveis sob regimes autoritários e, por isso, somos particularmente sensíveis à falta de liberdade e de cidadania. Sabemos da perseguição de opositores e de minorias em países como Rússia e China. Por outra parte, o governo argentino ficou muito satisfeito de ter sido convidado a integrar o Brics no mesmo momento em que entrou o Irã. Devo lembrar aqui que o Ministério Público Fiscal e outras instâncias do Poder Judiciário argentino têm mostrado que o governo do Irã participou da organização de dois atentados antissemitas no país, executados pelo Hezbollah, e que foram declarados crimes de lesa-humanidade. É muito grave agora sair falando do comércio internacional sem levar em conta esses fatos.

Na nossa disciplina, nos preocupamos muito, com razão e espero que continuemos nesse caminho, com as desigualdades socioespaciais, com a injustiça socioespacial, com as hegemonias políticas e econômicas. E, por vezes, atentamos menos para a falta de valores sem os quais a civilização vai à deriva. A defesa dos direitos humanos não é uma variável subordinada nesse contexto de injustiças. A crítica à situação da Venezuela e da Nicarágua precisa ser feita, assim como à violência policial nos Estados Unidos ou onde for. Tudo precisa ser criticado, porque nossa missão como intelectuais é apontar e criticar todas as coisas que vemos erradas. Não podemos subordinar as conquistas da civilização a simpatias políticas. Não somos cães de guarda, para utilizar a já famosa expressão de Paul Nizan, mesmo que cunhada num outro contexto.

Mas a procura de uma outra ordem internacional, fundada na cooperação Sul-Sul, é um caminho interessante. Esse projeto nos exige saber mais dos outros países, o que hoje é uma possibilidade concreta, pela base técnica planetária e pela difusão da informação, não apenas dos poderosos, mas também dos que antes não tinham como fazer ouvir suas vozes. O mundo é muito complexo, mas nesses últimos anos avançamos no conhecimento e nos vínculos entre as nações latino-americanas, e o Brasil estabeleceu laços interessantes com os países africanos. A história e a posição subordinada na ordem internacional permitem encontrar traços e interesses comuns, mas sem deixar de assinalar quando os direitos fundamentais da humanidade e das minorias estão em risco.

Cezar: Bom, chegamos à metade da entrevista. Eu convido a Profa. Marina Montenegro para conduzir a partir de agora.

Marina: Obrigada, Cezar. Também queria mais uma vez aproveitar para agradecer a professora Maria Laura pelo aceite da nossa entrevista. Agora a gente passa para perguntas mais relacionadas aos temas recentes de pesquisa que a Maria Laura vem trabalhando.

Vivemos hoje em um período em que as variáveis da técnica e da finança assumem crescente protagonismo implicando transformações com um alcance escalar e social inédito. Com o advento da pandemia do Covid-19 e a profusão de eventos de abrangência global, as variáveis determinantes do período da globalização reafirmam sua centralidade e o alcance de sua dominação. No bojo desse processo, reconhecemos, contudo, um reordenamento da força e do peso entre elas em favor da dominância da técnica e das finanças. Em tempos de inteligência artificial, os processos se tornam cada vez mais velozes e o rol de possibilidades nem mesmo vislumbradas se amplia exponencialmente, ao mesmo passo em que as desigualdades sociais e espaciais se aprofundam. Nesse contexto, como podemos conceber a potência da geografia enquanto campo disciplinar para pensar os dinamismos do período atual? Como garantir maior visibilidade às suas reflexões e proposições na leitura e crítica do mundo?

Maria Laura: Quanto mais técnica incorporada na vida social e, portanto, no espaço geográfico, como vemos nos dias de hoje, maior deveria ser a relevância de uma disciplina que estuda – ou que poderia estudar – o espaço geográfico como um fenômeno técnico. Isto é, ver o mundo, ao qual chamamos de espaço geográfico, com os seus novos objetos, mas indo além deles, da mera tecnologia, e perscrutando as formas de fazer e trabalhar.

A pandemia e as quarentenas, nas suas diversas modalidades e durações, revelaram o grande avanço tecnológico que já vinha sendo desenvolvido, mas que se banalizou dentro de casa (para aqueles que puderam ficar em casa e que, inclusive agora, nos deixou muito mais em casa). Provavelmente, esse cotidiano tecnificado é apenas um epifenômeno do grande avanço tecnológico de uso exclusivo dos agentes mais poderosos do planeta. Por isso, estaríamos autorizados a pensar que estamos vivendo um significativo salto na história das técnicas, na história da humanidade. A frase do Milton que diz que a técnica é uma autorização para fazer isto ou aquilo parece ganhar novo conteúdo porque estamos perante um conjunto de autorizações novas e impensadas que realmente nos deixam um pouco perplexos. Como não pensar que nos defrontamos com um novo desafio na geografia?

Por isso, me parece que a disciplina teria que se preocupar, ao mesmo tempo, com várias perspectivas como a constituição dos objetos, o uso dos objetos, os discursos e representações sobre os objetos. Além disso, é importante aceitar que algumas das nossas categorias podem tornar-se menos úteis, menos apropriadas, menos pertinentes para entender os problemas contemporâneos e um pouco esvaziadas diante desse avanço tecnológico.

Tudo isso, de fato, já vem sendo feito. Por um lado, é mister examinar com atenção os discursos sobre a técnica. Não apenas os discursos da literatura específica e acadêmica sobre o fenômeno técnico, mas também toda uma literatura difusa e profusa que temos hoje e que vai de um mundo de ficção científica, um mundo cheio de promessas, ao apocalipse, um mundo sem saída frente ao desemprego e à inteligência artificial.

Por outro lado, é cada vez mais importante entender como estão constituídas e como funcionam essas novas tecnologias, aí incluída a inteligência artificial, ou melhor,

como funciona a técnica em si mesma, relacionando tudo isso ao nosso objeto de estudo. Não podemos, tampouco, correr o risco de ficarmos num estudo especializado sobre a tecnologia, esquecendo da repercussão disso no espaço, nas formas de organização da vida social. Por exemplo, o que nos interessa dessas novas tecnologias é compreender quais as formas de trabalho que estão propiciando e quais as perspectivas para o futuro. Mais uma vez, é o uso da tecnologia o que carece de análise.

Embora seja apenas uma parte da população que incorporou as tecnologias novíssimas, já poderíamos vislumbrar um impacto sobre os processos de urbanização, a partir de novos princípios de aglomeração e dispersão e de equações de custos do trabalho e de excedentes.

Frente a essa transformação do mundo e às interpretações sobre a tecnologia revolucionária e a nova economia 4.0, temos que olhar os lugares, porque os pedaços do território não recebem o mesmo número de inovações nem a mesma qualidade destas. Vamos continuar falando das regiões, dos lugares, para compreender como recebem alguns desses conteúdos globais e recusam outros. Esses acréscimos globais de técnica, finanças e informação estão mudando a vida dos lugares a uma velocidade ainda maior do que antes da pandemia. Por outro lado, não podemos repetir discursos homogeneizadores porque vemos as fragmentações e diferenciações. No entanto, tampouco seria aconselhável abraçar o relato etnográfico nem procurar o caso forçado que prova uma teoria. Precisamos elaborar uma forma de combinar a análise desses níveis de manifestação do espaço geográfico, isto é, apreender os eventos globais – a finança, a técnica – e nacionais – a lei, a política, as infraestruturas – no seu encontro com as existências nos lugares – a produção, o trabalho, a configuração territorial. E creio que, embora esta tecnologia possa ser revolucionária, esse esquema interpretativo continua sendo indispensável para revelar as singularidades, a vida mesma no lugar, sob pena de desistir de fazer geografia. Nossa disciplina não está chamada a fazer discursos globalizantes, nem discursos localistas. Temos um desafio importante que é, mais do que nunca antes, fazer falar o espaço geográfico para revelar a forma como ele incorpora essas tendências constitutivas do período.

Com muita razão, vocês se perguntam também pela visibilidade das reflexões e proposições na leitura e crítica do mundo. Acho que esse é um grave problema para nós. Talvez deveríamos pensar na visibilidade das reflexões no interior da disciplina e para fora dela. No mundo acadêmico, os periódicos anglo-saxões indexados ganham poder e nós vamos reduzindo nossa participação neles. Os congressos trabalham numa direção semelhante, dando maior ou menor visibilidade aos temas e aos pesquisadores, o que felizmente não é um problema no Brasil, onde encontros como o da Anpege mostram um leque de pesquisas diferentes nos seus temas e origens.

Mas não estou certa que sejam as formas corporativas as que poderiam mudar a situação da falta de visibilidade. É o exemplo da UGI, que evidentemente tem uma presença grande no mundo e dá uma visibilidade importante à geografia. Mas não é todo mundo que chega lá, inclusive por uma questão de custos. Na medida em que você institucionaliza uma estrutura, essa estrutura global passa a ter a atribuição de dar visibilidade

a uma coisa ou a outra. Então, eu não sei se esse é o melhor caminho. Pareceria que o caminho seria mais a força analítica do nosso discurso, a força interpretativa do nosso discurso perante a realidade. Por isso, o nascimento de uma grande quantidade de periódicos nos nossos países é um fenômeno interessante, porque deixa ver pesquisas com grande aderência aos territórios, com perspectivas plurais e escritos nas nossas línguas. É uma visibilidade menor, mas eles asseguram a presença dos pesquisadores e atraem os leitores.

Por outra parte, há o problema da escassa presença da geografia nos debates públicos, na mídia, no grande público, apesar de que nossa disciplina trabalhe com coisas tão concretas que definem a vida das pessoas. Isto não é só nossa responsabilidade, uma vez que os jornalistas nos procuram muito pouco. Parece que eles não sabem o que é a geografia e, claro, evidentemente nós poderíamos fazer alguma coisa a mais para que isso não seja assim, mas por enquanto é um fato. Chamam sociólogos, chamam economistas, chamam antropólogos, e nós somos muito pouco visíveis, estamos "atrás da moita".

Por isso é importante esse esforço que muitos estão fazendo de participar nas redes sociais. Para os jovens pode ser um pouco mais simples porque já nasceram nesse "ecossistema" e conhecem melhor as regras do jogo dessas novas formas de informação, comunicação e ação. É um modo de presença que pode ir para além dos jornais, para além da mídia mais consolidada, na qual seria desejável também que tivéssemos mais presença. Mas as redes nos enfrentam a um novo problema que é o risco de subordinar o conteúdo à nova forma, à lógica do veículo, porque é um diálogo com formas e normas bastante rígidas. A geografia quer ser analítica e quer ser dialética também. Por isso, às vezes, num pequeno punhado de palavras não dá para fazer isso. Acho que é um desafio. Nossa disciplina é *logos*. Precisa de palavras, de argumentações, de reflexão, de comunicação.

Também é verdade que para nós a síntese é um valor e precisamos treinar mais na elaboração de sínteses, imagens ou, inclusive, de metáforas que possam chamar a atenção, para depois poder explicar o que queremos, por meio de mensagens claras e atuais. Às vezes tenho a impressão que à nossa disciplina faltam os divulgadores. Na história há muita gente que faz divulgação. Na geografia menos. E, por vezes, não gostamos tanto do que dizem. É uma questão pendente que nós temos, um desafio novo essa comunicação.

Por outra parte, vemos que aparecem repentinamente alguns pensadores globalizados. Em geral pertencem a grandes universidades mundiais e fazem alguma reflexão que nos faz pensar: "Bom, mas a gente está trabalhando isso há dez anos", mas aparece como a grande novidade, como agora que tantos estão descobrindo o território. Não sei bem qual a solução, mas me parece que a gente talvez deveria discutir esses temas nos nossos encontros e reuniões. Precisamos conhecer bem todos os veículos que temos hoje, que são muitos mais do que há uma década ou duas, e encontrar um vocabulário para isso, estar presentes sem claudicar sobre a forma e a densidade do nosso discurso.

Por vezes dá a impressão de que estamos perdendo o bonde, porque não estamos presentes. E o Milton costumava falar que este período era o mais rico para a disciplina,

porque é um conjunto de coisas que estão se dando no mundo contemporâneo para cuja interpretação temos os métodos e o vocabulário pertinentes.

É mais complicado entender olhando a partir do Brasil, porque felizmente os jovens continuam se interessando pela geografia e o número de pessoas que chegam para estudar a disciplina é grande. Mas, nos outros países da América Latina, são poucas as pessoas que estudam geografia. A disciplina não é conhecida. Isso é um problema, porque vai diminuindo a base da nossa pirâmide demográfica. E a disciplina não cresce, não se reproduz, tem pouca gente na graduação, em todas as universidades. É um problema. Seria desejável e importante que nossa presença no debate público fosse mais significativa para explicar o que se passa no mundo, nos nossos países, mas também para que mais jovens possam se interessar pela geografia.

Marina: Acho que trouxe tantas questões. Enfim, a importância dos veículos e do vocabulário para a visibilidade da disciplina é um desafio mesmo. A próxima questão que a gente pensou foi nessa direção. Diante do protagonismo adquirido pela técnica contemporânea na fase atual do período da globalização enquanto gestora de novas variáveis força que garantem novas hegemonias, como poderíamos avançar nas propostas de definição para os conceitos de “técnica”, “sistema técnico” e “fenômeno técnico”, já definidos por Santos (1996), mas agora prenhes dos conteúdos das especificidades do momento atual?

Maria Laura: Um dos pontos que poderíamos assinalar, para pensar como avançamos nisso, é a questão da capilaridade dos sistemas técnicos. É essa presença mais densa das técnicas em cada lugar, a reticulação do espaço – um tema pesquisado há tempo por Leila Dias –, que vai realizando a tendência à unicidade técnica e levando as mesmas formas de fazer aos lugares. Isso cria uma permanente tensão porque, de um lado, traz novas possibilidades para uma vida de relações mais robusta e, de outro lado, desvaloriza as formas de trabalho que existem.

Assim como aquele pequeno agente que está num lugar pode vender agora seus produtos, graças a essa capilaridade do sistema técnico, numa plataforma de comércio eletrônico, também pode perder boa parcela daquele mercado contíguo porque muitos outros chegarão a partir do mesmo sistema técnico. Parece, então, que a capilaridade dos sistemas técnicos é uma forma de invasão, um alargamento dos contextos, que vai criando novas contradições e conflitos nos lugares.

Outro ponto é a questão do uso, que também está presente no que acabei de falar. O sistema técnico, o fenômeno técnico, a técnica, cada um desses conceitos supõe, com maior ou menor ênfase, que há um uso das coisas. E esse uso tem a virtude de mostrar a diferença em cada lugar, como as novas técnicas vão ser usadas de uma forma ou de outra nos lugares, permitindo um espaço de liberdade e, em consequência, um pensamento menos pessimista sobre o futuro. Embora avancem os automatismos que são, como diz Jacques Ellul, uma forma de subordinar a decisão humana, de evitar essa incerteza da decisão humana, de eliminar essa dúvida que o humano introduz na

utilização de uma técnica, reduzindo sua possibilidade de ação, também é verdade que nada pode ser explicado sem o uso, porque o uso também inclui a decisão de utilizar ou não esta tecnologia em tal ou qual atividade econômica. O uso é o que de alguma forma assegura que nós não estamos tratando só da tecnologia, só dos objetos, mas do espaço.

Mesmo na discussão da inteligência artificial, que parece levar ao paroxismo a premissa do Ellul, provocando-nos um estado de perplexidade, vemos que os próprios produtores e aqueles que a comandam ou utilizam de forma mais frequente começam a falar do uso. A ideia de uso aparece nos debates dos tecnólogos, dos cientistas da computação. Recentemente li uma entrevista a Héctor Geffner, especialista em inteligência artificial, que se referia ao uso dessa nova tecnologia. É interessante como, num momento no qual o grau de desenvolvimento tecnológico nos leva a pensar que o autômato tem a última palavra e a ação humana fica nos interstícios, surge uma filosofia espontânea dos próprios especialistas, para utilizar uma expressão de Althusser. Esses especialistas refletem, de um modo mais crítico, sobre o uso dos dispositivos que eles próprios criam ou administram. Creio que isso é um espaço de liberdade também. Mas nós, que estamos preocupados com essa questão há tempo, temos alguma coisa para dizer, particularmente sobre como esses dispositivos são um novo conteúdo do espaço, autorizando novas formas de trabalho e comunicação nos lugares.

Daí a dificuldade, hoje, para diferenciar forças produtivas e relações de produção. O fenômeno técnico contemporâneo é tão indissociável que parece tornar artificial essa cisão analítica. Na medida em que você tem um dispositivo tecnológico como o Chat GPT, que é capaz de ler muito mais do que alguém poderia ler na vida, lê milhões de textos que estão na internet, combina dados, elabora respostas para nossas perguntas, buscando palavras e argumentos para atingir verossimilhança – não obrigatoriamente verdade –, é muito difícil diferenciar os limites entre categorias clássicas. O que constitui um novo desafio para nós.

Nesse contexto ganha relevância também uma coisa que venho trabalhando que é a ideia marxista de “general intellect”. Paolo Virno define o “general intellect”, o intelecto coletivo, como uma constelação de símbolos, signos, epistemes, conceitos sem os quais a gente não tem possibilidade de trabalhar, de usar as tecnologias. É a primeira vez na história que a tecnologia é portadora também de uma constelação de conceitos, signos, símbolos, linguagens tão potentes e que, em maior ou menor medida, somos constrangidos a compartilhar tal constelação. Quando Milton fala da tecnificação da ação contemporânea, creio eu que ele também se refere ao fato de que, para ser eficaz, a ação hoje deve estar constituída de todos esses novos preceitos. De algum modo a inteligência artificial é uma manifestação disso porque também está usando essa constelação, mas com uma potência muito maior do que nossas cabeças.

Por isso a exclusão desse novo sistema técnico não vem apenas da carência de algum objeto, mas também da falta de domínio de um vocabulário, dessa constelação linguística, epistêmica, simbólica, que vem junto. Como essa tecnologia é material e imaterial, capilarizada e enigmática, cada vez mais precisamos saber o que há por trás disso e aí a categoria de fenômeno técnico volta a ganhar relevância.

A ideia de fenômeno técnico precisa ser mais trabalhada, mas é uma chave para avançar no estudo da técnica. Porque a inteligência artificial não chega à reflexão, à interpretação. A reflexão continua morando na cabeça das pessoas e não nos novos dispositivos. É que é um simulacro tão bem feito, tão aprimorado de um discurso humano que fica difícil saber o que é verdadeiro e o que não é verdadeiro. E aí é que está o problema. De novo a questão do uso. O ensino já se defronta com esse grande problema porque o professor tem que descobrir se o estudante pegou do GPT ou fez ele próprio. Tudo isso impõe grandes desafios em relação aos usos e aos valores.

Há uma questão axiomática aqui porque vejam que muito se fala da pós-verdade, sobretudo na política, na qual um sujeito com poder, ancorado na produção de muitos dados canhestramente produzidos e combinados graças às escalas e velocidades que os algoritmos permitem, repete afirmações verossímeis, mas não verdadeiras e fica muito difícil comprovar o que é verdade e o que é falso. Aqui, de novo, a relação intrínseca entre a técnica e a política. Agora temos um dispositivo tecnológico que é capaz de falar pós-verdades e sujeitos humanos que, graças a esses mesmos dispositivos, são capazes de falar pós-verdades, mas que têm poder para executar políticas. É um problema cognitivo e também moral. Nesse contexto paradoxal, os conceitos de técnica, sistema técnico, fenômeno técnico parecem essenciais porque nos ajudariam a mostrar como a técnica invadiu a sociedade, a economia, a política, o espaço, o corpo, ultrapassando limites conhecidos e defrontando-nos com um verdadeiro mundo tecnificado, artificial, como outros preferem falar.

Mas não podemos esquecer que nossa preocupação é o espaço geográfico, o território usado, e não a inteligência artificial *per se*, e por isso nos interessa saber como essas novas técnicas mudam as formas de trabalhar e de repartir o trabalho entre os lugares e as pessoas, como impactam na produção de excedentes, como transformam o grau e natureza da urbanização.

Marina: A intensidade das transformações da economia urbana, impulsionadas pela pandemia do Covid-19, revela diferentes aspectos do avanço dos processos de oligopolização da economia e do território (Silveira, 2015) e, do mesmo modo, a conformação de novas relações de hegemonia e subordinação entre os circuitos da economia urbana. Frente à ampliação dos crivos entre os circuitos, poderíamos avançar, nesse sentido, uma reflexão sobre a emergência de paradoxos (você vem comentando ao longo da entrevista) da unicidade técnica na atual fase da globalização? Tendo em vista que a multiplicação de exigências normativas, informacionais, técnico-científicas tende a suprimir formas de produção menos modernas em diversos ramos, poderíamos entender a crescente redução das possibilidades de produção ao circuito inferior como uma tendência estrutural e não setorial? Os circuitos inferior e superior marginal estariam, destarte, cada vez mais restritos à distribuição e aos serviços?

Maria Laura: Esse é um ponto importante. A gente vem falando sempre que essas exigências normativas cercam, regulam, condicionam, limitam as enormes possibilidades da técnica contemporânea. É bem verdade que essas possibilidades técnicas

permitiram a diversidade da porção marginal, como falamos no começo. Novas tarefas de base tecnológica, científica, informacional, que não ficam restritas à economia superior e vão ser executadas por novas porções marginais. Mas a organização e a norma despontam como crivos nessa possibilidade de expansão da técnica entre as camadas menos capitalizadas da sociedade, como no caso da atualização de um *software* ou do pagamento de um direito de uso, de um *royalty.*

Por outra parte, poderíamos dizer que, como a informação também é uma variável dominante e se banaliza graças aos novos veículos, fontes, formas de circulação e de compartilhamento, é possível encontrar novos modos de difundir as formas de fazer e de combinar as coisas.

Eu creio que a tensão no espaço é sempre essa: a banalização de uma técnica que permite que uma porção marginal ou um circuito inferior possam se inserir na unicidade técnica e uma regulação que limita as possibilidades de inserção. Mas parece que cada vez que a informação consegue circular por algum outro canal até agora menos utilizado – do "boca a boca" até as redes sociais – permite novas combinações e novas formas de escapar da regulação. Por isso, analisar se a permanente renovação dos conteúdos organizacionais da atual vida econômica torna-se um crivo que impede a tecnificação ou a permanência no mercado tem sido uma preocupação nas nossas pesquisas desses anos.

Nos macrossistemas técnicos, os agentes menos capitalizados realmente não têm possibilidades, não têm lugar para o exercício de suas atividades. Eles carecem da técnica, da organização e dos recursos financeiros para disputar nessa arena. Por exemplo, nas obras de manutenção de um grande sistema de engenharia. É um mercado especializado e oligopolizado e eles não têm a capacidade operativa, o maquinário moderno, a quantidade de funcionários, a capacidade contábil. Mas nos microssistemas técnicos pode ser diferente, porque ali se trata de uma técnica doce ou flexível, como explicava Gaudin, que permite combinações e usos a agentes menos capitalizados.

Embora seja difícil de dimensionar, é bem possível que esteja acontecendo o que vocês dizem, que o circuito superior marginal e o circuito inferior fiquem mais restritos à distribuição e aos serviços. Por causa do que acabamos de falar e também porque há uma profusão de serviços nos dias de hoje. Na medida em que o consumo se multiplica, cada vez há mais possibilidades de oferecer serviços ou distribuir as coisas. Atividades que tampouco são realizadas sem técnica, ainda que se façam com menores graus, com técnicas menos caras ou sem exigência de pagamento de patentes ou *royalties*.

Outra causa é, certamente, a baixa capitalização que impede a certos agentes acompanhar o passo e, desse modo, torna-se um motor de permanente fuga desses agentes para atividades não registradas, uma fuga da norma, seja da norma estatal como a tributação, seja de normas organizacionais. As coisas são feitas, porém, de outro modo; por exemplo, com uso intensivo de mão de obra, com formas baratas de difundir os bens e serviços que são oferecidos, sem cumprir parâmetros e pagamentos. Mas o que acho extremamente importante é pensar essas possíveis tendências nas situações concretas, porque se podemos reunir uma série de evidências em contextos metropolitanos do

terceiro mundo, essa tendência pareceria menos frequente em cidades médias dos mesmos países. Por exemplo, nas cidades médias, ou mesmo locais, de áreas concentradas e de maior renda relativa de um país, uma pequena fábrica que domina um saber-fazer técnico especializado ou possui um sistema de objetos que ainda não está muito difundido pode ter a capacidade de atrair uma clientela praticamente exclusiva.

Creio que a tendência à unicidade, seja técnica, organizacional ou financeira, produz a fragmentação como seu oposto dialético. É isso exatamente o que nos conduz a olhar os lugares, porque é ali onde a fragmentação se verifica empiricamente. A gente pode fazer grandes teorias sobre as unicidades, a homogeneidade, a globalização, mas, para ver que a tendência cria fragmentação precisa olhar o lugar, só no lugar é que podemos ver isso.

Como sempre falamos, os circuitos se definem pelo ramo, porque há ramos que exigem mais capitalização do que outros, e também pelo lugar. Mas é bem provável que o circuito inferior se multiplique nos serviços e nas distribuições porque se alimenta pela base, a partir das migrações. Nesses ramos, as barreiras de entrada são baixas, como tanto se falava nas antigas discussões sobre o setor informal. Quando as pessoas têm pouquíssimo capital, os serviços banais, demandantes de mão de obra, acabam acolhendo mais atividades, numa verdadeira elasticidade do circuito inferior, como já apontou McGee. É nessas atividades da economia inferior que o trabalho dos atores busca compensar o capital que eles não têm.

Marina: Talvez para a gente terminar também vislumbrando outras possibilidades, nossa última questão traz essa preocupação. Enquanto contraponto às tendências hegemônicas do capitalismo contemporâneo e apontamento da práxis para o futuro, como vislumbrar a potência do conceito de “mercado socialmente necessário” proposto por Ana Clara Torres Ribeiro (2005) no momento atual? Ao partirmos de uma concepção de cidade “como a arena dos atores com existências concretas, onde não apenas se assegure o consumo, mas também, e sobretudo, se criem as condições da produção” (Silveira, 2009, p. 74), quais seriam os limites e possibilidades para a construção de um mercado socialmente necessário que inclua as mais diversas formas de trabalho?

Maria Laura: Esse conceito da Ana Clara é genial, não é? Porque recupera a ideia de mercado, uma forma social tão antiga quanto a humanidade, mas consegue trazer a noção para o período da globalização – reino do mercado capitalista –, reforçando a ideia do social e da necessidade. Creio que, também, é uma forma de dizer que meu trabalho precisa ter valor para um outro, que o que eu faço tenha valor para outro. Chama a atenção para o fato de que existe uma troca, uma cooperação entre iguais e desiguais e essa cooperação se dá, sobretudo, na contiguidade porque, como você sabe muito bem, Marina, já que estudou isso, as nossas metrópoles tão modernas, que incorporaram o sistema técnico e as formas de organização atuais, são também o berço de grandes mercados de rua, grandes feiras, que se multiplicam e adensam nas nossas cidades a alta velocidade, corporificando o circuito inferior, como diz Ana Clara.

Esses mercados, socialmente necessários, são tão contemporâneos quanto o mercado global das grandes corporações. Isso é também um aspecto importante: a pobreza é pobreza do período atual. Não é alguma coisa dada, uma herança apenas. É a pobreza criada por este presente, e isso revela que as variáveis dominantes são utilizadas pelos pobres, como você mostrou na sua tese e nas suas pesquisas mais recentes.

A técnica, a informação, as finanças estão presentes nos mercados de rua e na produção pouco capitalizada de bens e serviços, de forma incompleta e fragmentada, aumentando a subordinação, mas estão ali. Esse mercado socialmente necessário pode vir a ser potencializado pela unicidade técnica, como já se vê em alguns objetos que são comercializados e nos semoventes utilizados para os pagamentos.

Mas a ideia de mercado socialmente necessário, penso eu, também alerta para o fato de que trabalhamos com fragmentos de um sistema técnico. No lugar, cada um lê o período, interpreta os dados do período de um modo, o que nos permite falar da temporalidade dos agentes. A própria interpretação que cada um faz do período é uma temporalidade, uma incorporação do tempo, uma possibilidade temporal, uma possibilidade técnica, uma possibilidade de ação, determinada também pela capacidade econômica. Por isso, o sistema técnico é incorporado como fragmentos e é isso o que nós vemos quando estudamos esses agentes que estão na base da sociedade.

Há uma passagem de um texto do Milton, na qual diz que os pobres veem a técnica como uma esperança de um mundo novo, mas que ela se realiza em pedaços. Mas creio que, como vivemos num período em que os objetos tendem a falar entre si, preenchendo de conteúdo ainda mais a noção de sistemas de objetos, surgem novos trabalhos para completar esse diálogo dos objetos, atualizando alguns objetos, conectando alguns dispositivos. Numa espécie de paradoxo, o avanço do sistema técnico desvaloriza alguns trabalhos, alguns objetos e formas de fazer e, ao mesmo tempo, cria interstícios para aqueles que sabem consertar objetos, mexer, transformar, traduzir um objeto velho num objeto novo, uma linguagem antiga numa linguagem moderna. É a possibilidade de passar um conteúdo de uma forma técnica velha a uma forma técnica nova, são todos modos de completar a unicidade, substituindo uma divisão social e territorial do trabalho por outra. Aqui entra, de novo, a ideia do “general intellect”, porque é preciso o domínio dessa constelação ou de parte dela para realizar certos trabalhos – quiçá ela também chega como fragmentos. E tudo isso me parece que dialoga com a noção de mercado socialmente necessário, visto que falamos que a unicidade técnica é também completada, às avessas, pelos menos capitalizados.

Essa frase [citada na pergunta] que eu escrevi em algum lugar é, também, uma preocupação com a visão do consumo como resposta econômica e política frente à necessidade de inclusão. Precisamos incluir as pessoas nessa sociedade, nesse mercado, e fazemos isso pela via do consumo, porque assim me asseguro o comando do mecanismo: a produção concentrada continua graças a que amplio a base do mercado e me livro da saturação. E aqui utilizo “produção” no sentido amplo do termo, já que posso também produzir os consumidores, graças à publicidade e à injeção de dinheiro com créditos e empréstimos, cada vez mais ubíquos e desburocratizados para consumir bens e

serviços. Dessa maneira, o consumo é uma outra forma de expandir o sistema técnico, de alargar o sistema financeiro e de drenar as pequenas poupanças para gestões centralizadas de capitais.

Poderíamos confrontar isso com a ideia de incluir pela via da produção, das produções no plural porque resultam de diversos graus de capital, tecnologia e organização. De novo, o mercado socialmente necessário, que significa manter um sistema no qual o trabalho de alguém tem valor para outro, que o que se troca é o trabalho na forma de bens e serviços, e não o dinheiro em estado puro. Não é só um empréstimo desburocratizado, é o trabalho que é o objeto da troca, o trabalho e o produto desse trabalho.

Para não terminar em bemol, poderíamos dizer que precisamos encontrar as formas para dar valor aos diversos trabalhos. Esse seria o caminho para uma ordem econômica e espacial mais justa. Porque esse agente que está ali, que conseguiu fazer uma interpretação do tempo contemporâneo e, portanto, encontrou um interstício para fabricar um bem ou oferecer um serviço, aos poucos vai encontrando um mercado. Mas para fazer isso e sobreviver apesar dos juros do crédito desburocratizado, para vender o seu produto, apesar da concorrência acirrada pela virtualidade, ele também tem que desenvolver uma constelação de significados e símbolos.

Dessa maneira, podemos ver como os próprios agentes interpretam o período e usam o território, como encontram interstícios na divisão do trabalho para sobreviver. Sem tampouco romantizar, essa poderia ser uma chave para entender que o melhor caminho não é que tudo seja modernizado de vez, que as inovações cheguem aos lugares apagando a história preexistente. E que talvez precisemos ajudar na transformação de alguns desses agentes quando seu trabalho fique obsoleto, porque também devemos ser realistas, já que há coisas que deixam de existir e as pessoas perdem a razão do seu trabalho. É necessário encontrar as formas de compensação e de migração de um tipo de trabalho para outro.

Tomo a liberdade de incluir tudo isso na ideia de mercado socialmente necessário, porque o mercado vai das pessoas aglomeradas na praça até a transformação de cada um na divisão de trabalho para encontrar um lugar nele. O mercado é uma forma geográfica definida, mas também é um processo, um movimento pelo qual os circuitos inferiores e as porções marginais do circuito superior estão em permanente transformação. Como tais circuitos não comandam o passo da modernização, a cada dia os agentes têm que se readaptar diante da mudança brutal dos fatores de produção, que é uma maneira de interpretar o tempo da globalização e elaborar sua própria temporalidade, sua própria interpretação do tempo presente. Por exemplo, como me adapto frente ao desinteresse pelo meu produto porque foi substituído por outro, ao aumento da taxa de juros, ao pagamento de fatores que até agora eram de uso livre (informações, programas etc.).

Essas mudanças brutais nos fatores de produção que obrigam os circuitos a se rearranjar a cada dia nos levariam a pensar que o mercado não pode ser pensado unicamente em termos macroeconômicos ou microeconômicos, mas tem que ser pensado como mercado socialmente necessário. Se condenamos à deriva social a um conjunto de pessoas, como continuamos? Seguros de desemprego ou qualquer outro tipo de

assistência monetária? Pareceria que não é por aí, ou pelo menos não apenas ou nem sempre por aí. O historiador Pierre Rosanvallon assevera que não se trata só de compensar financeiramente, mas de que o trabalho de cada um tenha valor para alguém. Creio que é isso o que fortalece o tecido social. A redução do problema do desemprego e da pobreza a um mero auxílio financeiro pareceria uma ideia derivada do fato da finança ser uma variável dominante da época e também, amiúde, do clientelismo. O que você destrói no tecido social feito de formas diversas de economia você busca arranjar com dinheiro líquido, seja por meio de políticas sociais do Estado, seja pela oferta incomensurável de créditos e empréstimos privados. Evidente que não estamos comparando uma coisa com a outra, mas tentando reconhecer a hegemonia de um pensamento economicista.

Não se trata só de gerar liquidez, mas de fortalecer esse tecido social no qual as pessoas participam do acontecer solidário, isto é, trabalham compulsoriamente em tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum, como propõe Milton. Por isso, nesse acontecer há também concorrência, é cheio de tensões e contradições, mas, se encontrássemos os mecanismos para permitir que os atores sociais menos capitalizados não sejam jogados a uma concorrência desigual com atores invisíveis de escala planetária, poderíamos frear alguns mecanismos de produção de pobreza. É do valor da vida e do trabalho do que se trata.

Marina: Laura, muito obrigada. Por todas as respostas, por todas as reflexões, eu compartilho aqui das palavras do Cezar, foi uma aula pra gente, e para todos que vão ter a oportunidade de ter acesso à entrevista. Muito obrigada.

Cezar: Professora, obrigado pela entrevista, pela oportunidade de criar questões específicas, endereçá-las, ter esse espaço, esse tempo de escutar e refletir. É um grande privilégio. Muito obrigado.

Maria Laura: Eu que agradeço. Foi ótimo conversar com vocês. Foi um conjunto de reflexões que permitiram pensarmos juntos. Vocês me provocaram novas reflexões. Isso é muito bom.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. *In*: SILVA, Cátia A. *et al*. (org.). *Formas em crise*: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 93-111.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Técnica, espaço tempo*: globalização e meio técnico-cientifico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, M. *O retorno do território*. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território*: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994b. p. 15-20.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978a.

SANTOS, M. *Economia espacial:* críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 1978b.

SILVEIRA, María Laura. Review of The Nature of Space, by Milton Santos. *Journal of Latin American Geography* 21, n. 2, p. 197-201, 2022. doi:10.1353/lag.2022.0030.

SILVEIRA, M. L.; BUFFALO, L. Territorio, pandemia y futuro: claves para una geografía crítica. Conversatorio con María Laura Silveira. *Cardinalis* (19), 139-151, 2023. Disponível em: https://revistas.unc.edu.ar/index.php/cardi/article/view/40034.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. *Geousp – Espaço e Tempo* (*online*), v. 19, n. 2, 2015.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Entrevistada:

MARIA LAURA SILVEIRA – Investigadora Principal do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), no Instituto de Geografía da Universidad de Buenos Aires e professora no programa de Doutorado em Geografia da mesma universidade.

E-mail: maria.laura.silveira.1@gmail.com

Entrevistadores:

CEZAR FREITAS BARROS – Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: cezar.freitas.barros@gmail.com

MARINA REGITZ MONTENEGRO – Doutora e Pós-Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo e Professora Contratada na Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: montenegromarina@hotmail.com